

LISBON TALK

5/2022

“The Winter is Coming”: Urgência Energética versus Emergência Climática

Oradores: **Agostinho de Miranda | Helena Freitas | José Rebelo | Sofia Tenreiro**

Moderação: **Fernando Jorge Cardoso**

30 de Novembro de 2022

Sala das Exposições dos Paços do Concelho, Praça do Município, Lisboa



Clube de Lisboa

Nesta Lisbon Talk, o advogado **Agostinho de Miranda**, a investigadora **Helena Freitas**, o engenheiro **José Rebelo**, e a gestora **Sofia Tenreiro** estiveram à conversa com a moderação de **Fernando Jorge Cardoso** sobre o futuro das transições energética e climática, com foco na Europa.

A guerra da Rússia contra a Ucrânia despertou uma crise energética no seio do continente europeu. Esta crise veio expor as debilidades e fragilidades do sistema de abastecimento e de acesso à energia na União Europeia (UE), o qual se revelou excessivamente dependente do exterior e, em particular, da Rússia. Ao longo dos últimos dois anos, a UE tem empreendido mudanças substanciais na sua política energética e os respetivos Estados-membros têm encabeçado esforços no sentido de assegurar a sua independência face aos vizinhos externos. Mas porquê só agora? Porque tardou tanto a UE a garantir a sua soberania energética?

Na perspetiva de **Sofia Tenreiro**, a política energética europeia sempre foi pensada para o curto prazo e numa lógica imediatista, e nunca de forma estrutural nem no sentido de assegurar a independência energética. O resultado é que a atual crise está a provocar na UE não só problemas de abastecimento, mas também perdas de competitividade, especialmente face à China e aos EUA. Este último fator ganha relevo, dada a pretensão da UE em assumir um papel de ator global, equiparado às duas grandes potências mundiais.

Por seu turno, **José Rebelo** sublinhou que a UE se preocupou tanto quanto podia em assegurar o acesso dos países membros a fontes de abastecimento de energia, dado a produção e distribuição serem competência de empresas privadas. Para que a UE pudesse deter o domínio total sobre a energia seria necessária uma evolução para um outro sistema de organização política, que não o atual. O problema de energia que hoje a UE enfrenta reside, fundamentalmente, nas medidas implementadas pela Alemanha de encerrar as suas centrais nucleares e de carvão. Esta atuação comprometeu o desempenho de um dos maiores produtores industriais da União.

Agostinho de Miranda referiu, por seu lado, que os poderes europeus nunca se entenderam sobre uma política energética comum: primeiramente porque os interesses dos Estados-membros eram e continuam a ser muito divergentes, nomeadamente no eixo Alemanha-França; em segundo lugar, porque as empresas privadas e públicas do setor energético nunca tiveram grande interesse na existência de uma política comum. Paralelamente, a decisão da Alemanha de ficar dependente do abastecimento de gás proveniente da Rússia também contribuiu para a situação emergencial que hoje se atravessa na UE.

O debate sobre a crise energética faz-se muitas vezes a par com a discussão sobre as alterações climáticas. Mas que relação poderão estas duas crises evidenciar? Numa altura em que grande parte das respostas que os Estados-membros estão a tomar para colmatar os impactos da crise energética se traduzem no aumento do peso dos hidrocarbonetos e do nuclear, qual o espaço para a transição energética verde? Será possível tornar as energias renováveis verdadeiramente limpas? Quais as soluções e quais os cenários futuros?

Segundo **José Rebelo**, o futuro da energia passa pela fusão nuclear. Uma das grandes vantagens é o baixo custo da energia produzida, para além da rapidez de produção. Uma vez resolvidos os problemas de armazenamento, a energia de fusão tem o potencial para se tornar a energia do futuro.

Já **Agostinho de Miranda** acredita que ainda é cedo para falar da energia de fusão nuclear como um futuro viável. Até ao dia de hoje, as experiências efetuadas com este tipo de energia não auguram o seu uso generalizado a curto prazo. Com isto, o advogado confessa ser difícil compreender porque tem existido falta de investimento em certos tipos de energia, nomeadamente no lítio e na fotovoltaica. É evidente que as alterações climáticas hoje sentidas têm uma origem antropocêntrica, verificável na natureza do sistema energético global atualmente em vigor. Nesse sentido, só quando os 5 países que emitem 80% de CO₂ se juntarem à mesa no sentido de celebrar um acordo vinculativo que tenha em conta as necessidades de toda a população global, com especial enfoque aos mais desfavorecidos, é que se alcançará uma transição energética justa e completa.

José Rebelo, contrariou o cenário que referiu como sendo utópico anteriormente apresentado e frisou que o foco deveria recair sobre os esforços de mitigação e redução dos impactos nefastos do atual sistema energético. Daí a necessidade de se investir na adaptação das sociedades e dos cidadãos às alterações climáticas, pois, a curto prazo, pouco se poderá fazer para terminar com o uso de hidrocarbonetos.

Helena Freitas realçou que o aumento da temperatura do planeta em 1,14°C comporta implicações profundas para os nossos ecossistemas, desde logo a transformação do conjunto de serviços que estes ecossistemas nos têm providenciando durante anos. O caminho para as transformações energética e climática é viável e possível, mas para isso é necessário estimular a mobilização coletiva. No campo científico, deve-se ter em conta que o investimento público em áreas consideradas estratégicas, como a do clima, é ainda residual e pouco volumoso. Se o clima e as alterações climáticas fossem uma prioridade para os governos nacionais, os investimentos não seriam tão fracos. Neste sentido, os esforços encabeçados pelas entidades científicas têm ido muito além do expectável, considerando o nível de investimento realizado. Se quisermos mais tecnologia, mais ciência e mais inovação neste setor, é necessário que o privado também ganhe interesse nas mudanças.

Aproveitando a realização da COP15 para a Biodiversidade das Nações Unidas no mês de dezembro (de 2022), a investigadora enumerou três metas que foram apresentadas para a conferência e que julga essenciais para a mitigação das alterações climáticas: instrumentos financeiros mais robustos para responder ao problema das desigualdades; reunião de esforços à volta da proteção das florestas tropicais; e, consignação de 30% do planeta à conservação da natureza.

Por fim, **Sofia Tenreiro** sublinhou que não existe uma resposta nem um cenário único para a transição energética. A solução passa por apostar num modelo híbrido, onde as opções energéticas se adaptam aos casos concretos. Em suma, seria necessário ampliar a literacia da generalidade da população sobre estes temas; auxiliar as indústrias e as empresas a transitar energeticamente; reformar a discussão sobre estes assuntos no sentido de olhar mais para os processos de produção e não para as fontes de energia

em si; e, pressionar os governos nacionais a priorizarem as políticas e investimentos públicos de mitigação das alterações climáticas.

O Clube de Lisboa visa projetar a capital do país como espaço de reflexão, debate e intervenção sobre a agenda internacional, com realce aos temas do desenvolvimento sustentável, da globalização e da segurança e com particular atenção aos desafios estratégicos para o futuro e o papel de Portugal na Europa e no mundo.

[#clubedelisboa](#) [#lisbontalks](#)



INFO@CLUBELISBOA.PT

Rua S. Nicolau, 105, 1100-548 Lisboa | +(351) 213 256 302

www.clubelisboa.pt